



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638324 - MS (2021/0000639-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CRISTIANE FERREIRA DE AMORIM ROCHA E OUTRO
ADVOGADOS : JEFERSON RIVAROLA ROCHA - MS010494
CRISTIANE FERREIRA DE AMORIM ROCHA - MS010191
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : GERSON JOSE DE SOUZA JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : RODRIGO MEDEIROS DA SILVA
CORRÉU : ROBERTO SALINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GERSON JOSE DE SOUZA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (Apelação Criminal n. 0004495-45.2016.4.03.6002).

O paciente foi condenado às penas de 13 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão em regime inicialmente fechado e de multa pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, I, da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal, pois cumpre pena provisória há aproximadamente 4 anos e 8 meses, visto que foi preso em flagrante em 27/5/2016, e aguarda o julgamento do seu recurso de apelação há mais de 3 anos. Informam que já se passaram 10 meses da decisão do Ministro Leopoldo de Arruda Raposo, nos autos do HC n. 551.721, em que se recomendou ao Tribunal de origem que imprimisse a maior celeridade possível no julgamento do recurso de apelação. Em novo *habeas corpus* impetrado (HC n. 620.833/MS), o Desembargador Fausto de Sanctis prestou informações afirmando haver previsão de julgamento da apelação até o final de 2020.

Alegam ainda que a execução provisória da pena enquanto não transitou em julgado a sentença penal condenatória vai de encontro ao preceito constitucional da presunção da inocência.

Requerem, liminarmente, seja extinta a execução provisória da pena oriunda dos Autos n. 0011961-29.2017.8.12.0002 em relação ao paciente e que o paciente seja mantido solto até o trânsito em julgado da ação penal que lhe é movida. Subsidiariamente, requerem a expedição de ofício determinando o julgamento em prazo

razoável do recurso defensivo (Autos n. 0004565-62.2016.4.03.6002). No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

Por fim, pedem a extensão do benefício concedido ao corréu Rodrigo Medeiros da Silva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste prova pré-constituída da alegada flagrante ilegalidade, que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica, de plano, no caso em exame.

Não obstante os fundamentos apresentados na inicial, especialmente em relação ao longo prazo de suposta tramitação do recurso perante o Tribunal, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, o que se apresenta incompatível com a análise cautelar feita nesta fase, em plantão judiciário.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente